

**CHOLDRA (A)** - Semanário republicano de combate e de crítica à vida nacional, dirigido por Eduardo de Sousa. Publicado em 1926, em Lisboa, teve vida efémera, com apenas um ano de existência, durante o qual saíram 21 números<sup>1</sup>.

Em primeiro editorial, intitulado “PARA O BOM COMBATE”, o jornal afirma-se como desafio inflamado pela liberdade e como combate contra a reacção<sup>2</sup>. É de ler com atenção este editorial, dado que os propósitos nele enunciados se manterão ao longo do período de publicação do jornal (ou panfleto, como também se auto-intitula)<sup>3</sup>.

Seria tentador, mas porventura inexacto, enquadrar esta revista no que literariamente se classificou como “imprensa republicana”<sup>4</sup>. Com efeito, logo em nota de abertura declara não se enfeudar “a nenhum partido político, ou seita religiosa, sindicato de banqueiros ou sindicato de proletários”. O certo é que enche as suas páginas com referências à adesão e defesa dos ideais da República e sobretudo (desde o primeiro número) com uma permanente crítica irónica, mordaz e demolidoramente feroz à figura do então Primeiro-Ministro António Maria da Silva<sup>5</sup>.

Ainda delineando o seu cariz programático (ao qual nem sequer falta o título retumbante) a segunda página é encabeçada por uma calorosa saudação ao 31 de Janeiro<sup>6</sup>.

E embora anunciando-se apartidário este primeiro número insurge-se vigorosamente contra o Partido Republicano Português (PRP) então no governo e pronuncia o seu apoio à Esquerda Democrática e a organizações operárias (V. “O ESPANTALHO”, p. 2 e também “Repórter X”, p. 3, assinaturas que se manterão ao longo do jornal com artigos de carácter hiper crítico quanto à realidade política nacional<sup>7</sup>).

---

<sup>1</sup> V. *Publicações Periódicas Portuguesas Existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1926)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1991 (Colecção Catálogos e Bibliografias – 7).

<sup>2</sup> “A voz clamorosa e incerta, voz de angustia e de revolta, que é a voz das turbas anónimas, espesinhadas e traídas, vai encontrar éco e expressão gráfica nestas páginas. Vêm de muito longe os protestos e lamentos de baixo, contra os vexames e os crimes de cima. Vêm do fundo das idades. (...) Em Portugal, como em toda a parte, urge prégar de novo a Liberdade e combater a Reacção. A isso vimos exclusivamente”.

<sup>3</sup> No final, o editorial proclama: “A *Choldra*, que participa do panfleto e do jornal, saúda toda a imprensa digna e anuncia a todos que vai vestir as armas para o bom combate”.

<sup>4</sup> V. TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª Edição Revista e Aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, em especial pp. 234-240.

<sup>5</sup> Sobre a biografia de António Maria da Silva, afastado da chefia do executivo pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, V. BARRETO, António, e MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Suplementos 9, 1.ª Edição, Lisboa, Figueirinhas, 1999-2000, p. 426.

<sup>6</sup> Referência ao primeiro movimento insurreccional de carácter republicano, a 31 de Janeiro de 1891, no Porto. Levado a cabo pela maioria da guarnição da cidade, foi logo a seguir sufocado pelas forças monárquicas da Guarda Municipal.

<sup>7</sup> V. Repórter X, “O patriotismo português e a nossa pseudo independência”.

As múltiplas citações de José Domingues dos Santos surgem logo neste número, mantendo-se até final<sup>8</sup>.

De notar que o jornal é de difícil leitura por não ser numerado (apercebe-se a publicação do n.º 3, em que se saúda a saída deste número) nem paginado até final, o que torna mais difícil a referência dos seus artigos. Mesmo o ano de publicação, no n.º 10, sai com erro tipográfico, 3-4-296, em vez, evidentemente, de 926. Este erro manter-se-á até ao n.º 12, já datado de 17-4-926.

Existe uma nota sobre colaboração recebida, agradecendo-a, mas informando que só será publicada a colaboração solicitada. Terá suscitado celeuma o facto de a maior parte dos artigos não ser assinada, o que pode aperceber-se através de uma nota do director (cujo nome, aliás, não consta do jornal) assumindo pessoalmente a responsabilidade de todos os textos não assinados.

Se sempre é difícil – e tantas vezes aleatório – atribuir carácter ideológico a uma publicação, *A Choldra* parece conformar-se entre dois movimentos: o anarco-sindicalista e o anarco-liberal. Dos dois lados revela filiação: faz uma crítica violenta e contundente à CGT e ao seu órgão *A Batalha*, parecendo aproximar-se mais dos chamados “sindicatos vermelhos”, entre os quais reinava ainda uma tendência anarquizante; por outro lado, a sua crítica ao colonialismo português não tem nada de anticolonialista, antes deixa transparecer o desprezo por forças que, entre as colónias portuguesas, vêm passar de braços cruzados os empreendedores alemães à sua frente ...

Das rubricas mais frequentes, e incidindo na informação intensamente politizada quanto à sociedade da época, destacam-se, essencialmente:

- a crítica ao governo e ao parlamento;
- a crítica ao movimento sindical sobretudo à CGT e ao seu órgão *A Batalha*;
- a crítica de costumes (Cf. “Revista da Semana”, assinada por Baptista Diniz que, em formato dialogal de pequenas peças de teatro, vai retratando os acontecimentos nacionais).

O interesse deste jornal não se reduz apenas à leitura dos seus poucos 21 números, por vezes de tradução literária difícil para o observador actual. É que a forma dos assuntos tratados – incisiva, directa, contundente e, não poucas vezes, truculenta – encaminha forçosamente o leitor para a descoberta de outras veredas, despertando a curiosidade de um olhar mais profundo pelo que foi o ano fascinante de 1926<sup>9</sup>. E praticamente em cada página, não faltam

---

<sup>8</sup> José Domingues dos Santos, do PRP, passou a fazer parte, pela cisão deste partido, da Esquerda Democrática, força maioritária no parlamento em 1926 e da qual era então deputado.

<sup>9</sup> A época que se atravessava então na Europa foi a que ficou conhecida como a do “ascenso do fascismo” (De notar que em Portugal a Constituição de 1933 coincide com a chegada de Hitler ao poder). V. “Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política”, de LEAL, Ernesto Castro, in *História do Pensamento Filosófico Português*, Volume 5 - O Século XX, Tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2000. Em introdução particularmente sóbria, refere: “O Nacionalismo português reactualizou-se entre os inícios dos anos 90 do século XIX e os finais dos anos 30 do século XX, configurando um multifacetado campo ideológico, cultural e político, onde ocorreram controvérsias sobre as idealizações

pistas para análise e estudo sendo os comentários profusos: desde uma república mal ganha à monarquia, passando por um governo e um parlamento constantemente dados à chacota popular, até a um movimento operário fortemente dividido – *A Choldra* faz o retrato do país<sup>10</sup>. No percurso das suas linhas, do primeiro ao último número, é sensível o pulsar que sem exagero diríamos sangrento, vivido de um período conturbado que, não apontando soluções à crítica violenta que faz, tão pouco quer acreditar em resoluções de força que inevitavelmente se avizinhavam.

*A Choldra* representa a leitura de um ano de enorme e brutal fractura no tecido político português. O seu último número – de 19-6-926 – traduz não já a revolta militante e libertária que os seus textos percorreram, mas um grito de alerta em desespero de causa.

Como muitas outras vozes, foi calada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Helena Bruto da Costa  
(2.03.2007)

---

utópicas do regime político (monarquia, república), do sistema político (tradicionalismo, parlamentarismo, presidencialismo), das relações entre o Estado e a Igreja Católica (regalismo, ultramontanismo, separatismo, concordatismo), ou ainda sobre a leitura interpretativa da história nacional com incidência nas representações da identidade nacional (providencialismo divino, cientismo laico, historicismo crítico)”, p. 5. Refere ainda na p. 155, entre outros dados essenciais para a análise da época: “A crise do liberalismo no centro e sul da Europa e o triunfo da revolução russa alimentarão a forte deriva autoritária entre as duas Guerras. Portugal acompanhou essa vaga, sendo de assinalar as grandes feridas alastradas pela sua participação na Guerra de 1914-1918: permanente instabilidade política, insistentes conflitos sociais, grave depressão económica. A República-regime afundar-se-ia no mar agitado das suas contradições, incapaz de renovar a confiança nos Portugueses e de definir uma nova linha de rumo para a Nação”.

<sup>10</sup> Sobre a situação portuguesa dos anos 20 e 30, V. o estudo de GONÇALVES, Bento, *Palavras Necessárias (elementos para a história do movimento operário português)*, 2.<sup>a</sup> edição, s.l., V. Moura, 1973, que analisa, de forma notável, a época que antecedeu o golpe militar do 28 de Maio. O estudo oferece particular interesse por se debruçar sobre todo o cenário político-parlamentar e sua correlação de forças com as correntes sindicais então existentes. De realçar que o autor, embora com incrível precisão de datas e clareza dos acontecimentos descritos, o escreveu sem recurso a apontamentos, enquanto preso no Campo de Concentração do Tarrafal.